

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR LITORAL**  
CAMILA VALENTIM SCHEREDER

**A EXPERIÊNCIA DA VIVÊNCIA COMO PARADIGMA DE  
FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL**

MATINHOS  
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR LITORAL**  
CAMILA VALENTIM SCHEREDER

A EXPERIÊNCIA DA VIVÊNCIA COMO PARADIGMA DE FORMAÇÃO  
NO SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação  
em Serviço Social da Universidade  
Federal do Paraná – Setor Litoral, como  
requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Gilson Walmor  
Dahmer

Matinhos  
2016

## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora realizaram em 02/12/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de **CAMILA VALENTIM SCHEREDER**, sob o título *A experiência da vivência como paradigma de formação no Serviço Social*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral, tendo a estudante sido aprovada.

Matinhos, 05 de dezembro de 2016.



MSC. GILSON WALMOR DAHMER  
Orientador



DRA. ÉDINA MAYER VERGARA  
Integrante da Banca



DANIELE SILVA  
Integrante da Banca

## DEDICATÓRIA

Ao meu querido e amado tio Elias  
que já se libertou desse mundo de matéria.

“...Dos nossos planos é que tenho mais  
saudade  
Quando olhávamos juntos na mesma direção  
Aonde está você agora além de aqui, dentro de  
mim?...”

Não desças os degraus do sonho  
Para não despertar os monstros.  
Não subas aos sótãos - onde  
Os deuses, por trás das suas máscaras,

Ocultam o próprio enigma.  
Não desças, não subas, fica.  
O mistério está é na tua vida!  
E é um sonho louco este nosso mundo...

(Os degraus, Mario Quintana)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao infinito amor de Deus e sabedoria. Aos meus pais por acreditarem que apesar de todas as dificuldades eu seria capaz de alcançar meus sonhos e aos meus amigos pelas palavras de incentivo e carinho.

Ao meu amado companheiro Jhonata que esteve ao meu lado durante todo esse processo de formação e que suportou muitas crises de ansiedade.

A minha querida Professora Edina Vergara que além de seu saber profissional me presenteou com sua amizade e carinho que levarei por toda a vida.

Ao meu orientador Gilson Walmor Dahmer pela amizade, confiança e incentivo.

O Coletivo Águas de Março pelo acolhimento e companheirismo não só em nossas ações, mas em minha vida pessoal, sou imensamente grata por fazer parte desta história.

Agradeço a Comunidade Morro Alto pela confiança e acolhimento, em especial o Sr. Edson Alves que me recebeu de braços abertos e me presenteou com seus saberes durante minhas intervenções.

## RESUMO

O presente trabalho relata a experiência do estágio obrigatório em Serviço Social, junto ao Coletivo Águas de Março na Comunidade Rural Morro Alto em Morretes-PR, e destaca a importância da experiência vivenciada a partir da *práxis* educativa em espaços não formais na formação do Assistente Social. Neste sentido, tem por objetivo fazer com que as vivências realizadas nos projetos de intervenções propostos fora de espaços institucionais formalizados sejam mais valorizadas no currículo do curso de Serviço Social da Instituição UFPR SETOR Litoral. Cujo Projeto Político Pedagógico tem como um princípio fundamental o compromisso de contribuir com o desenvolvimento social das comunidades do Litoral do Paraná. Portanto, este trabalho ressalta a importância da assistência social na educação e da atuação do assistente social na realidade concreta das comunidades para buscar a formação interdisciplinar do futuro profissional e apresenta as principais dificuldades em acessar as comunidades e poder vivenciar o seu cotidiano, considerando de suma importância o pleno envolvimento dos estudantes nas questões sociais do campo e da cidade para construção de conhecimentos contextualizados com a realidade do litoral paranaense.

**Palavras chave:** *práxis* educativa, litoral paranaense, educação não formal.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**APMF- Associação de Pais Mestres e Funcionários**

**CFESS- Conselho Federal de Serviço Social**

**CNSS- O Conselho Nacional do Serviço Social**

**CRAS- Centro de Referência de Assistência Social**

**CRESS- Conselho Regional de Serviço Social**

**LBA- Legião Brasileira de Assistência**

**LOAS- Lei Organica da Assistência Social**

**MPAS- Ministéria da Previdência e Assistência Social**

**FAS- Fundo da Assistência Social**

**FPAS- Fundo da Previdência e Assistência Social**

**PPP- Projeto Político Pedagógico**

**SUAS- Sistema Único de Assistência Social**



## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2.CONTEXTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFPR/Litoral</b> .....	11
<b>3.TRAJETÓRIA DE VIDA DA AUTORA</b> .....	Erro! Indicador não definido.3
<b>4.O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL</b> .....	Erro! Indicador não definido.8
<b>4.1 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO</b> .....	22
<b>5.ÁGUAS DE MARÇO - DIANTE DA REALIDADE DO LITORAL</b> .....	24
<b>6.RELATO DE ESTÁGIO NO SETOR LITORAL - DAS PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS AO IMPASSES BUROCRÁTICOS</b> .....	26
<b>7. PARA ALÉM DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO</b> .....	Erro! Indicador não definido.
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	38
<b>10. ANEXOS</b> .....	40

## **1. INTRODUÇÃO**

O processo de formação na Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral parte da história de vida dos estudantes e é baseado num Projeto Político Pedagógico- PPP que está dividido em três eixos: Fundamentos Teóricos Práticos - FTP, que correspondem aos conteúdos específicos de cada curso; Interações Culturais Humanísticas - ICH, que representa um espaço educacional interdisciplinar onde participam estudantes de diferentes cursos e estágios de formação; e Projeto de Aprendizagem - PA, onde os estudantes exercem a sua autonomia na escolha do tema e na organização dos seus estudos, sob a mediação de um docente de sua escolha (UFPR/Litoral, 2006). Os dois últimos eixos citados buscam proporcionar uma maior autonomia aos alunos e estimular o conhecimento e a compreensão da realidade local, pois a principal motivação da instituição é o envolvimento social com as Comunidades do Litoral Paranaense.

Desta forma o curso de graduação do Serviço Social está pautado num PPP inovador, onde basicamente atua com temas demandados pela realidade socioambiental da região. Neste contexto institucional surgiu o Coletivo Águas de março, constituído logo após o evento climático que atingiu quatro dos sete municípios do Litoral paranaense em 2011, formado inicialmente por alunos, professores, técnicos e membros das comunidades para um atendimento emergencial as famílias desabrigadas pela enxurrada, atuando com mais intensidade na Comunidade Rural Floresta, localizada no município de Morretes, sendo uma das comunidades com mais famílias atingidas e que posteriormente foram realocadas ao centro urbano da cidade.

Entretanto, a catástrofe evidenciou demandas sociais que já existiam nos municípios do litoral, especialmente nas Comunidades Rurais de Morretes, como Floresta e Morro Alto. Assim o Coletivo Águas de Março viu a necessidade de continuar trabalhando com as intervenções baseadas na educação e organização comunitária de todos os envolvidos nas atividades, estendendo a sua ação até o final do ano de 2015. Sempre tendo como metas elementares de dar voz as Comunidades diante de suas antigas e novas demandas e formar estudantes do Serviço Social inseridos na realidade concreta das comunidades do litoral.,

O presente trabalho traz no início uma breve descrição do contexto institucional da UFPR/Litoral e do curso de Serviço Social. Logo em seguida retrata o histórico do Serviço Social e aborda os paradigmas educacionais que embasam a formação institucional do Assistente Social atualmente. Depois apresenta a trajetória de vida da autora deste trabalho e relata a experiência do estágio obrigatório do Curso de Serviço Social através do Coletivo Águas de Março junto ao Programa de Desenvolvimento Urbano Regional - PDUR, bem como a síntese de um trabalho coletivo que vem sendo feito desde 2011.

A partir do relato da experiência vivenciada no estágio foi discutida a importância da educação realizada em espaços não formais, defendida com fortes argumentos por Maria da Glória Gohn (2010), A mesma foi utilizada como base desta pesquisa também como ferramenta para o incentivo à organização Comunitária, a qual serviu como um diferencial nesse processo de formação construído coletivamente para e com a Comunidade. Também como reforço teórico a discussão faz uso da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1996) como fonte essencial para discutir sobre a relação da comunidade acadêmica com as Instituições e a Sociedade.

Por ultimo, conclui-se que o Assistente Social tem um papel crucial na educação, seja em espaços institucionalizados, como nas escolas, ou em espaços não formais como associações, cooperativas ou encontros comunitários. E assim, corroborando com a afirmação de Souza (2012), destaca que a efetividade do serviço social está na capacidade do profissional compreender sua realidade para buscar intervenções que possam contribuir com o desenvolvimento das Comunidades, mesmo com todas as dificuldades de se desenvolver um estágio com a proposta inovadora do PPP e diante de

impasses burocráticos da instituição, bem como a falta de transporte constante para realizar as visitas e vivências nas comunidades, que são pontos importantes no relato de experiência de estágio.

## **2. CONTEXTO INSTITUCIONAL E DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFPR/Litoral**

A UFPR Litoral destaca-se por seu PPP, que tem por objetivo contribuir com as Comunidades do Litoral do Paraná e proporcionar a autonomia do saber a seus acadêmicos, o que gera muitas discussões e críticas por parte de quem está acostumado a seguir um modelo tradicional de ensino. Especialmente porque:

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFPR Litoral prevê a promoção da educação pública integrada, visando o desenvolvimento sustentável de toda a região litorânea do Paraná. A proposta pedagógica da UFPR Litoral é baseada em projetos e desenvolvida junto às comunidades locais, buscando contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural. Isso propicia uma forte interação entre a comunidade da UFPR Litoral e a comunidade litorânea na construção de um novo ciclo de desenvolvimento regional.<sup>1</sup>

A estrutura curricular do Setor litoral contempla três eixos - FTP, ICH e PA - que permite a integração entre os cursos e propõe ao aluno à prática da pesquisa e intervenção ao longo de três estágios: conhecer e compreender, onde o estudante primeiro reconhece a sua realidade e quais as bases epistemológicas do seu curso; compreender e propor, onde o estudante já busca propostas e projetos para intervir na realidade; e propor e agir, onde o estudante coloca em prática os seus aprendizados diretamente na comunidade.

Para o Curso de Serviço Social especificamente, que objetiva formar profissionais que trabalham diretamente com as comunidades, o exercício de conhecer e compreender a sociedade em que se está inserido é essencial na formação de um profissional contemporâneo capaz de atuar nas variadas expressões da questão social.

---

<sup>1</sup> UFPR Litoral, Projeto Político Pedagógico, 2008. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/ufpr-litoral/projeto-politico-pedagogico/> Acesso em: 10 de Julho 2017.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social afirma como seu objetivo:

Formar profissionais de Serviço Social habilitados a investigar e intervir na realidade social, considerando as dimensões históricas, políticas, econômicas, culturais e ambientais e as particularidades sócio-espaciais das coletividades, na perspectiva interdisciplinar e fundamentando-se nos referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social.<sup>2</sup>

Portanto, a história de vida do estudante e a experiência vivida no estágio profissional são condicionantes que devem mediar a fundamentação teórica do Assistente Social em formação, pois expressa à realidade do aluno e da comunidade perante a instituição. As duas condicionantes valorizadas no PPP do Setor Litoral e no PPC do curso de Serviço Social vão ao encontro das reflexões de Paulo Freire (1987) em seu livro a Pedagogia do Oprimido.

“Nesse sentido, em si mesma, a realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige indiscutivelmente a imersão nela, a volta sobre ela. Por isto é que, só através da práxis autêntica, que não sendo “blábláblá”, nem ativismo, mas ação e reflexão, é possível fazê-lo.”

Diante dos argumentos só é possível lutar contra o sistema coercivo e padronizado de ensino se houver propostas contrárias a isto, e mais, condições de colocá-las em prática, que sejam amparadas e subsidiadas para que possam se tornar reais.

### **3. TRAJETÓRIA DE VIDA DA AUTORA**

Nasci em Montenegro-RS, porém, passei meus primeiros anos em Ponta Grossa-PR, cidade natal da minha mãe. Me lembro quando eu tinha quase três anos (uma das minhas lembranças mais antigas) que morávamos em um barraco de lona e compensado, não tinha piso, era terra pura, meu pai trabalhava numa borracharia vinte e quatro horas por dia (era movido a rebites

---

<sup>2</sup> UFPR Litoral, Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, 2015. Disponível em:< <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/06/2015-Projeto-Pol%C3%ADtico-do-Curso-de-Servi%C3%A7o-Social-revisado.pdf>> Acesso em: 10 de julho 2017.

e as vezes chegava em casa muito nervoso). Minha mãe estava grávida pela terceira vez (já havia perdido o segundo) por uma negligência médica, o bebê faleceu ainda na barriga e ela teve um Acidente Vascular Cerebral, que a deixou duas semanas em coma. Quando acordou estava parálitica, havia perdido todo o movimento do lado esquerdo do corpo. O médico disse que morreria em casa, pois descobriram a presença de um coágulo em uma das veias na cabeça, meu pai levou minha mãe para casa e uma tia foi morar no mesmo quintal para cuidar dela.

Depois de seis meses minha mãe voltou a andar, ficou apenas com um problema na perna esquerda, mas que a impossibilitou de muitas coisas, como voltar a trabalhar de cuidadora de idosos e até mesmo usar determinado tipo de sapato. Minha mãe era uma mulher vaidosa, percebi que depois desse acidente seu modo de ser mudou completamente. Quando completei 4 anos minha mãe engravidou novamente, mesmo contra a indicação médica. Disseram que ela teria que abortar, pois a criança nasceria com problemas mentais ou com membros deficientes. Por sorte um médico se sensibilizou com minha mãe e cobrou apenas a parte do anestesista para fazer o parto. Nesse momento já não morávamos mais no barraco de lona, minha tia brigou com meus pais e os expulsou do próprio quintal. Estávamos morando em uma casa alugada, pois meu pai havia começado a trabalhar como mecânico. E por fim, meu irmão nasceu forte e saudável, sendo que um outro tio, emprestou o dinheiro para pagar o médico.

Meu irmão nasceu mais forte do que sempre fui, minha saúde sempre foi muito fraca. Um tempo depois, já não havia serviço para meu pai, ele tentou trabalhar com venda de mercadorias importadas, mas não deu certo. Ele soube que em Paranaguá havia emprego, mas era para um profissional sem família. Mesmo assim meu pai levou todos nós e o dono da borracharia acabou nos cedendo uma casa nos fundos de um posto de gasolina e perto de onde meu pai trabalhava. Durante um ano as coisas foram bem, fomos morar em uma casa grande e bonita.

Em 2000, com sete anos, ingressei na escola, me sentia ansiosa para iniciar os estudos. Apesar de todos os problemas minha mãe me ensinava o pouco que sabia e aos quatro anos eu já sabia ler. As coisas iam bem na escola e as professoras até cogitaram me passar da primeira série direto para

segunda ou terceira, se não fosse a burocratização do ensino isso teria sido feito, de qualquer forma, eu passava mais tempo em casa doente do que freqüentava as aulas.

Quando pensávamos que tudo continuaria bem o patrão do meu pai vendeu a borracharia e a nova dona não pagava direito. O pai foi trabalhar em outras oficinas e acabamos indo morar no mesmo ano em uma casa próxima ao mangue, era horrível morar na beira do manguezal. Naquele tempo, em 2000, a vila que era uma invasão, recém tinha começado, era apenas lodo e caranguejo. Passei por muitas humilhações na escola, às vezes não tinha material, ou era chamada de muitas coisas por ter a pele marcada por picadas de insetos, pois sempre fui muito alérgica. Vendo que não tinha condições de continuar na mecânica meu pai passou a vender produtos de limpeza e minha mãe também. Havia dias que caminhávamos a cidade toda em baixo de sol para seguir vendendo. Sempre nos mudamos muito e quando completei onze anos meu pai reencontrou a família dele que não via a mais de dez anos, (até ai meu pai já tinha trabalhado várias vezes com a mecânica e vendas, e minha mãe com os produtos de limpeza e mata moscas).

Em 2005 meu pai começou a sofrer com sérias crises renais, chegou a ficar encostado. Fomos para o município de Montenegro onde reencontramos a família do meu pai, mesmo se quisesse lá não tinha mecânica, então ele buscava produtos importados para revender. Moramos lá quase dois anos, até não ter mais o que vender e então voltamos para Paranaguá. Já não adiantava meu pai ir para a oficina mecânica trabalhar, pois ele não aguentava erguer peso. Mesmo assim fomos seguindo a vida.

Quando fiz quinze anos ingressei no magistério, mas tive que desistir, não tínhamos dinheiro para ir para escola, era longe e sempre confiei que eu poderia ir além, que abrir mão do curso não iria me atrapalhar, afinal de contas o Magistério significava um ano a mais longe do meu objetivo (sem falar que eu corria o risco das mudanças dos meus pais e assim de perder todo o ensino médio). Fui estudar a noite numa escola mais perto e trabalhar vendendo pipas artesanais de dia.

No final de 2009 minha avó nos chamou para trabalhar com vendas de roupas em Tramandaí-RS., foi uma época boa apesar de nunca ir a praia para passear, ainda consegui me divertir e fazer bons amigos. Logo o inverno veio e

não tinha o que fazer por lá, voltamos para Ponta Grossa, no Paraná, e fomos trabalhar com vendas de toalhas na beira do sinal. Eu não me importava que me vissem vendendo coisas, o que me deprimia era meu pai gritando de dor, ou meus pais brigando por dinheiro, lá trabalhamos também até perder o movimento de clientes.

No final de 2010 retornamos a Paranaguá, meu pai teimou em ir trabalhar em uma mecânica, não tínhamos nada novamente, eu e minha mãe vendíamos de tudo um pouco, passávamos o dia todo fora vendendo lanchonetes, roupas, perfume e aos poucos conseguimos mobiliar a casa que alugamos. Neste ano comecei a cursar o 3º do ensino médio, conheci um rapaz, que hoje é meu companheiro e sempre nos demos muito bem.

Quando terminamos nossos estudos fundamentais tínhamos o sonho de fazer faculdade. Sempre sonhei com medicina, mas não tinha nem como pagar um ônibus, quem dera ir para outra cidade em curso integral. Eu não fazia ideia que existiam bolsas. Meu ainda namorado abriu mão de fazer o vestibular para que eu fizesse no litoral, onde me inscrevi em Serviço Social. Curso que tive mais afinidade e pelo qual me apaixonei quando comecei o estágio, ainda antes de começar a estudar, quando passei, foi um choque, não sabia como fazer para ir todos os dias para outra cidade, já que a universidade fica em Matinhos, cidade distante a cerca de 45 Km de Paranaguá.

Em 2012 a Universidade estava em greve, tentei procurar de todas as formas um emprego, até que um mercado me contratou. Assim garanti o primeiro mês da van de transporte até Matinhos e consegui garantir a vaga, mas era extremamente cansativo. Sempre tive de chegar cedo e tinha que chegar em casa do trabalho junto com o horário do transporte para a Universidade, não tinha tempo de comer ou tomar banho. Até que tive que começar a sair antes do horário que me pediam, logo fui mandada embora do trabalho e quem me salvou durante alguns meses foi meu companheiro. Consegui uma bolsa de auxílio permanência da UFPR e fomos morar juntos, durante um ano recebi a bolsa que depois foi negada, ainda não entendo o porquê, me apavorei, mas por sorte consegui uma bolsa de extensão no projeto Águas de Março, que garantiu o recurso financeiro para continuar a universidade, pois o Jhonatan, meu companheiro, não poderia pagar um



transporte, já que pagávamos o aluguel. Nesta condição consegui seguir no curso.

No início de 2015 descobri que estava grávida, não era um bom momento, pois eu já tinha aceitado que tinha problemas que não me deixariam engravidar e que isso me traria muitos riscos. Também estava com muitos projetos e com pouco dinheiro, pois com o passar dos anos, o valor do transporte ficou praticamente igual ao da bolsa. O que era para ser um momento maravilhoso se tornou desespero, ansiedade, não aproveitei absolutamente nada da minha gravidez e comecei a achar a pior coisa do mundo que poderia me acontecer. No fim do ano acabei pedindo para me desligar da extensão, pois eu não tinha mais como cumprir os horários exigidos e o dinheiro não estava sendo suficiente para suprir o que era necessário. Sendo a última atividade que exerci com muito esforço foi participar do processo de construção e organização da Conferência Livre de Direitos Humanos.

O movimento me fez ciente de que meus direitos não estavam sendo assegurados, pois no SUS, por onde eu fazia meu pré natal, o médico ignorou a carta que pedia um parto de cesárea por risco de crise de asma grave durante o parto, com oito meses quase tive uma ameaça de parto prematuro e fui obrigada a consultar um médico particular e acabei pagando a cirurgia do parto e que me custou mais caro do que imaginava. Além do valor em dinheiro que tive que emprestar, o que me fez ficar com uma dívida enorme, meus planos de voltar a Universidade foram por água abaixo, com empréstimos para pagar, aluguel, água, luz e outras despesas além de uma criança para criar, acabei reprovando no último semestre de curso por falta.

Diante da minha história de vida, me pergunto como eu via um assistente social? Não posso dizer que tinha a visão de um profissional que trabalha com tantas complexidades. O que lembro é que muitas vezes minha mãe falava em pedir ajuda a um assistente social, penso que escolhi serviço social como uma forma de estar perto das pessoas, talvez pela busca de direitos que muitas vezes me foram negados. O curso me fez compreender que o Assistente Social é muito mais do que alguém a recorrer quando se precisa de ajuda, tendo em vista a capacidade do profissional em sua formação de

buscar formas para intervir nas demandas de sua realidade, me fez sentir amor pela profissão.

Desde meus treze anos estive envolvida em movimentos sociais estudantis, meu pai nunca aprovou e quando entrei na Universidade prometi pra mim mesma que não me envolveria. Meu pai dizia que não era lugar para pobre se “ascender”, mas eu não poderia deixar meus princípios de lado. Minha felicidade foi saber que o serviço social surgiu das lutas de classe e a sensação é de que eu não nasci para outra coisa se não para a luta por direitos. Assim, me encontrei e me realizo a cada dia junto ao Coletivo Águas de Março, independente de nossas dificuldades de manter o trabalho, o movimento resiste firme pela luta pelos direitos humanos no Litoral do Paraná.

É percebendo as lutas e obstáculos para chegar até aqui, que me identifico com a frase de Freire citada em sua obra *A Pedagogia do Oprimido*: “Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem, e assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo com eles lutam.”

#### **4. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Inicialmente, a Assistência Social representava atos de caridade a partir de uma perspectiva religiosa, auxiliando aos “pobres necessitados”. Esse padrão assistencial se estendeu do Brasil Colônia até o período Republicano, pautado no modelo das Santas Casas de Misericórdia que funcionavam em nome da caridade cristã e de compromissos espirituais.

O que se pode dizer é que essas intervenções faziam parte de um modelo político e econômico classificatório, que de certa forma exigia um “governo especial” para a população “de risco” ou vulnerável. Deste modo, abriu-se um extenso leque de programas assistenciais para responder as necessidades de saúde, educação, abrigo, trabalho, alimentação e subsistência dos excluídos. (PEREIRA, 2010, p.3)

A transição de um modo de assistência caridoso e cristão para um modelo filantrópico baseado numa racionalidade “científica”, ou seja uma filantropia voltada a superação da confessionalização, ocorreu durante a Primeira República, no Governo de Getúlio Vargas. Nesse período se iniciou o processo de urbanização e industrialização no país, entretanto, os trabalhadores sofriam com a exploração no trabalho e as péssimas condições

de vida. Assim, se constitui um importante momento na política de serviço social, sendo um momento de mudança de foco via institucionalização.

Dessa forma, pode-se afirmar segundo Montaño (1998) que o Serviço Social tem sua gênese marcada por determinações históricas da evolução da sociedade capitalista, pois o governo, diante das manifestações da classe trabalhadora e na intenção de conter qualquer pensamento comunista, precisou constituir políticas sociais.

O Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS), criado pelo Decreto-Lei nº 525, de 1º/7/1938, foi a primeira regulamentação da Assistência Social no País. A partir daí são seladas as relações entre o Estado e os seguimentos da elite, que irão avaliar o mérito do Estado na concessão de auxílio financeiro a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social.

Segundo Sposati (2008, p.22) “A primeira grande instituição de Assistência Social será a Legião Brasileira de Assistência (LBA)” em 1942. Cujo intuito inicial era atuar como um corpo em ação numa luta em campo, porém, acabou por assegurar o posto de presidência as primeiras damas da República, marcando o primeiro damismo junto a assistência social.

As ações eram direcionadas as famílias que não eram alcançadas pela previdência, portanto, a LBA atendia ocorrências de calamidade com ações pontuais e urgentes, como ainda é feito no Serviço Social atual. O atendimento assistencial era subsidiado por recursos vindos do Fundo da Previdência e Assistência Social- FPAS, do Fundo da Assistência Social- FAS e por doações e convênios (FONSECA, 2013, p.8).

Após as campanhas de impacto realizadas junto aos “convocados” de guerra, a Legião Brasileira de Assistência será a instituição a se firmar na área social e sua ação assistencial será implementada no sentido de dar apoio político ao governo. (MESTRINER, 2001, p. 145);

Diante das novas funções, a LBA precisou buscar suporte técnico para pesquisas e trabalhos na área social, assim recorreu as escolas especializadas de Serviço Social que estava se firmando enquanto profissão e precisava se legitimar. Em 1969 a Legião Brasileira de Assistência é transformada em fundação e vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social- MPAS.

[...] Tal política mobilizará especialistas, profissionais e organizações da área. O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS realiza, então, seminário em Petrópolis (de 18 a 22 de maio de 1974), com 33 especialistas, visando subsidiar a iniciativa governamental. MESTRINER (2001, P. 168).

Assim, a MPAS tornou-se o órgão principal na função de formular políticas de combate a pobreza. É importante ressaltar, que o Seminário citado por Mestriner (2001) resultou num documento destacando a valorização do Serviço Social e a necessidade de tratamento inovador nessa área, propondo fugir do caráter assistencialista e de simples complementação da previdência.

A partir do processo de pauperização que se acirra no país, há uma expansão de programas sociais como: os de alfabetização, Mobral; casas populares- BNH; complementação alimentar- Pronan e outros.<sup>3</sup> Assim a assistência social deixa de ser filantrópica e passa a fazer parte cada vez mais da relação social de produção.

Em 1985, a assistência social precisou se adaptar a nova realidade democrática do país, as camadas populares passaram a exigir respostas das políticas assistenciais, a partir disso a formulação de uma política pública de assistência social passou a ser discutida (Fonseca, 2012, p.9).

Nesse sentido, durante o governo Sarney, o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, em 1985, propõe um desenvolvimento baseado em critérios sociais. Inicialmente com Waldir Pires frente a Previdência Social. No entanto tendo ele forte oposição ao governo autoritário houve um impulso nas reformas em relação a Política de Assistência Social, mas que não tiveram continuidade após sua saída.

Mais tarde, instala-se um processo de discussões e articulações visando o nascimento da Política de Assistência Social firmada na democracia dos direitos sociais. Desse modo, é possível afirmar que a Nova Constituição Federal de 1988, foi marcada por grande pressão social e trouxe uma concepção para a Assistência social:

---

<sup>3</sup> LONARDONI, Eliana; GIMENIS, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos. Ano(?) O processo de afirmação da assistência social como política social. Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm) > Acesso em: 26/09/2016

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I- descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 130)

A Assistência Social também foi incluída na esfera da seguridade social:

A Constituição Federal no país desde 1988 (Capítulo II, artigos 194 a 204) e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) trouxeram a questão para um campo novo: o campo da Seguridade Social e da Proteção Social Pública, campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitam. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a Assistência Social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade (YAZBEK, 2004, p.10).

A partir desse momento é possível falar sobre uma assistência social que não é voltada apenas para a população pobre, mas sim para toda a sociedade, embora o senso comum ainda afirme a visão do assistente social como uma pessoa (e não profissional qualificado) que serve para dar ajuda a quem necessita. Além de reconhecer a política pública como direito era

necessário reconhecer os recém criados investimentos no campo social, para isso foi criada em dezembro de 1993 a Lei nº 8742, Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS.

Em 1997 foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica que conceituou o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social. Em dezembro de 1998, foi definido o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social mesmo ano em que foi editada uma Norma Operacional Básica de conformidade com o disposto na Política Nacional de Assistência Social.<sup>4</sup>

Em 2004, foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. Em 2005 fez-se necessário a edição de uma Norma Operacional Básica que definisse as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Os instrumentos de regulação da Política de Assistência Social em vigor são, portanto, a CF/88, a LOAS/93, a Política Nacional de Assistência Social/2004 e a Norma Operacional Básica/ SUAS/2005.

Diante dessa linha do tempo é possível notar que a Política de Assistência social avançou consideravelmente rápido, entretanto o Assistente Social ainda precisa se esforçar muito para não ser escravo da lógica imposta por seu empregador.

Segundo Souza (2012) o Estado é o maior órgão empregador da categoria seguido pelas empresas privadas. Assim, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2001) a profissão participa ativamente do processo de reprodução das relações sociais:

[...] a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada dos indivíduos em sociedade (IAMAMOTO e CARVALHO, 2001, p. 72).

---

<sup>4</sup> LONARDONI, Eliana;GIMENIS, Junia Garcia;SANTOS, Maria Lucia dos. **O processo de afirmação da assistência social como política social.** Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2_sonia.htm)> Acesso em: 26/09/2016

Assim, o profissional de serviço social precisa conhecer e compreender a realidade em que está inserido para dar autonomia ao seu trabalho e, desse modo, se apropriar dos instrumentos e mecanismos disponibilizados pela instituição que está inserido, criando novas possibilidades de intervenção, sendo uma profissão, segundo Souza (2012) capaz de intervir na realidade e nas relações sociais predeterminadas.

#### 4.1 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A escola é um espaço que proporciona a Comunidade vivenciar suas experiências, fazer troca de conhecimentos e se reconhecer enquanto cidadãos de direitos e deveres. O papel da escola também deve ser formar pessoas críticas e conscientes da realidade em que vivem. Nesse sentido, as questões sociais são expressadas no âmbito escolar, sendo ele formado por diversos sujeitos (professores, alunos, família, comunidade) e reproduz a realidade em que está inserido.

Conforme o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)<sup>5</sup>, as questões sociais a serem trabalhadas pelo Assistente Social na escola são:

1. Evasão escolar;
2. Desinteresse pelo aprendizado;
3. Problemas com disciplina;
4. Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
5. Vulnerabilidade às drogas;
6. Atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.23).

Para Martins(1999), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;  
Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;

---

<sup>5</sup> CFESS,2001, Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 26/09/2016.

Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;  
Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p.60).

Sendo assim, é possível compreender basicamente o quanto assistente social pode contribuir na escola e na educação, sendo ele um profissional capacitado a buscar formas de intervir na realidade inserida, não como um substituto dos profissionais da área, mas sim fazendo um aproveitamento de conhecimentos interdisciplinares.

## **5. ÁGUAS DE MARÇO - DIANTE DA REALIDADE DO LITORAL**

Em 11 de março de 2011 um evento climático provocou deslizamentos e enchentes atingindo gravemente quatro dos sete municípios do Litoral paranaense. Destes, o município de Morretes foi o mais atingido, especialmente em sua zona rural, afetando a vida de várias famílias, com perdas de bens, documentos, moradias e espaços produtivos, desterritorializando as comunidades.

Ao retornar às atividades naquele ano letivo toda comunidade acadêmica foi convidada a se reunir na tenda (espaço para eventos no campus da UFPR - Setor Litoral) a fim de discutir propostas para cooperar no atendimento às vítimas nos quatro municípios atingidos: Antonina, Guaratuba, Paranaguá e Morretes. No espaço da tenda foram reunidos estudantes e professores de todos os cursos e as discussões resultaram em 133 propostas.

Neste primeiro momento teve-se a oportunidade de colaborar com o recebimento e separação dos doativos recebidos no Setor para posterior distribuição urgente às famílias atingidas. Concomitantemente foram conciliados os temas dos módulos do curso de Serviço Social com as demandas mais urgentes para atender as famílias atingidas. Os eixos pedagógicos estruturantes do PPP (2006) – FTP, ICH e PA – foram direcionados como possibilidade de ação interventiva para articular a Universidade e a Comunidade. Desta forma propiciando a participação mais



ativa do acadêmico junto às demandas da população, agora visando o bem estar das pessoas que foram envolvidas neste evento ambiental.

Após este trabalho emergencial, foram organizadas reuniões comunitárias com o intuito de fortalecer um grupo para atuar frente às demandas de médio e longo prazo. A turma de Serviço Social 2009 deu início as visitas às famílias abrigadas no Centro Espírito José e Maria localizado no centro da cidade de Morretes.

Segundo Silva (2014), uma das reivindicações era a capacitação de membros da comunidade para gerar renda as famílias atingidas pela tragédia, indivíduos que residiam no campo e que agora estavam refugiados em espaço urbano, sem perspectiva de retorno frente à destruição total de suas casas então classificadas como área de risco. Para atendermos esta solicitação, foram disponibilizadas pelos estudantes da UFPR oficinas de: entalhe macramê, tear e a reativação de um viveiro de mudas que se encontrava abandonado há muitos anos na região central de Morretes.

Os projetos e atividades forma desenvolvidos junto aos desabrigados por mais de dois anos e durante este período houveram várias reuniões com lideranças municipais, gestores de instituições envolvidas e a comunidade envolvida nas atividades.

Diante dos fatos e pensando numa discussão mais ampla em junho de 2011 foi realizado o I Fórum das Comunidades, onde a UFPR- Setor litoral reuniu as pessoas das comunidades atingidas e as autoridades locais com o objetivo de buscar alternativas para os problemas apresentados como: a formalização de espaços municipais institucionalizados para estagio incluindo a Secretaria Municipal de Ação Social da Criança e do Adolescente- SMAS. Nesse mesmo evento, a professora Viviam dos Santos, responsável pelas atividades da Escola Municipal Rural do Morro Alto localizada no Município de Morretes, veio solicitar apoio ao grupo de trabalho Águas de Março.

De acordo com a urgência das demandas apontadas, como: falta de água potável na escola, o primeiro contato foi com a Sanepar de Matinhos e de Curitiba para o fornecimento emergencial de água nas escolas, o que foi imediatamente atendido.

Sabendo da importância de se desenvolver hábitos saudáveis relacionados à saúde bucal independente da classe social foi elaborado e

desenvolvido junto a escola um Projeto de Aprendizagem de Saúde Bucal, coordenado pela aluna de Serviço Social Daniele Silva, para socializar as possibilidades de desenvolvimento de programas de saúde na escola. Para apoiar as ações do programa os Ministérios de Saúde e da Educação ficaram responsáveis pelos os seguintes incentivos: Intervenção saúde bucal na igreja católica central de Morretes, na cruz vermelha, na comunidade de Morro Alto e no Colégio Estadual Gratulino de Freitas localizado no município vizinho de (Guaratuba). Essa iniciativa possibilitou o levantamento das demandas mais abrangentes para “propor e agir” diante das mesmas.

As ações de promoção de saúde são mais efetivas se a escola, o local de trabalho, o comércio, a mídia, a indústria, o governo, as organizações não governamentais e outras instituições estiverem envolvidas. A intersectorialidade neste sentido implica envolver no planejamento os diferentes setores que influem na saúde humana: entre outros a educação, agricultura, comunicação, tecnologia, esportes, saneamento, trabalho, meio ambiente, cultura e assistência social.(SILVA, 2014)

Com o apoio da Professora Silvana Hoeller e do professor Mauricio Cesar Fagundes que atuavam com o Projeto de Educação do Campo na comunidade de Morro Alto, voltado para contribuir na qualificação dos docentes das escolas do campo, levaram até a escola a possibilidade da organização de uma Unidade Executora (UEX) na escola, unidade que precede a organização da Associação de Pais e Mestres e Funcionários (APMF) e que tem a mesma possibilidade representativa e gestora dos interesses da escola e comunidade. Embasados no protocolo estipulados pelo MEC, foram iniciadas as atividades e as discussões junto à comunidade para avaliar seu interesse de efetivação desta sua primeira e histórica organização que potencializaria a continuidade de novos projetos e autonomia da comunidade (HOELLER et al., 2012).

Em 14 de junho de 2012 realizou-se a primeira reunião comunitária na escola do Morro Alto, novamente a comunidade discute seus problemas e os professores acima citados apresentam a UEX como uma possibilidade de organização da sociedade civil, para captação de recursos e gestão sobre seus próprios interesses.

Ficou acordado que as famílias conversariam e buscariam seus representantes para que a eleição fosse feita. Posteriormente o Sr. Edson

Alves foi eleito como presidente e discursou em agradecimento a data histórica marcada pela fundação da primeira Associação do Morro Alto. No momento relatou as intenções e pretensões de busca das realizações das políticas públicas que lá não existem e que lhes são de direito, visto que o único equipamento social público que dispõem é a Escola e que esta ainda corria risco de fechamento.

Durante o processo de formalização da documentação para dar continuidade a esta Unidade Executora, se constatou que a escola não estava devidamente cadastrada no censo escolar, o que impede inclusive acesso a recursos financeiros do Programa de Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE), também previsto para escolas do campo.

Em dezembro de 2012 em reunião histórica com o novo gestor municipal foi discutido os problemas mais urgentes da Comunidade e entregue um abaixo assinada da UEX solicitando, especialmente, que a mesma se responsabilizasse pela regularização do cadastro da Escola no Censo Escolar e pela construção de pontes para as crianças acessarem a escola por caminhos mais curtos. Na reunião ressaltaram que: a escola e algumas famílias não tinham água potável; havia muita dificuldade de acesso a escola devido à falta das três pontes; e a escola não constava no censo escolar do campo ou organização para a futura APMF.

Ao mesmo tempo a Profª Drª Édina Mayer Vergara e alguns estudantes haviam sistematizado em 2012 uma proposta de Observatório Social com o objetivo de levantar o estado da arte dos “diagnósticos sociais” e também levantar as demandas socioambientais das comunidades locais e assim sistematizar uma caracterização das demandas sociais do Município, bem como dos Programas do governo federal no sentido de que as comunidades se organizassem para buscar e programar modos de materializar seus direitos. O público alvo do Observatório de Desenvolvimento Social do Setor do Litoral inclui as comunidades em situação de vulnerabilidade social da região litorânea do Paraná que é formado pelo conjunto de sete municípios.

O observatório pretende auferir as demandas socioambientais da região do litoral dando vistas a garantias de acesso e efetivação dos direitos sociais que implicam na efetividade de políticas públicas de habitação de

interesse social, assistência social, educação, saúde, segurança alimentar, regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade.

Foi pautado na diretriz de um sistema produtivo de desenvolvimento sustentável local para a geração de trabalho e renda que possa garantir a reprodução das comunidades locais expressada nas construções sustentáveis, artesanato caiçara, produção agroextrativista de base agroecológica, pesca e aquicultura e demais descobertas buscando compreender a vocação, o perfil e demandas colocadas pelas comunidades locais.

A partir do Observatório foi constituído em 24 de junho de 2013 o Programa de Desenvolvimento Regional (PDUR) como um programa guarda-chuva do movimento Águas de Marçó. Destes enredamentos surge a nomeação de Observatório de Geotecnologias Sociais coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara (Assistente Social) e o Professor Ms. Ricardo Rodrigues Monteiro (Arquiteto), ambos docentes efetivos da UFPR Setor Litoral (MONTEIRO e VERGARA, 2015).

No período de 22 a 24 de agosto de 2013 tivemos a oportunidade de participar do encontro Paranaense por uma Educação do Campo, movimento que luta por uma política pública que garanta aos povos do campo, das florestas e das águas os seus direitos a Educação do Campo no lugar onde vivem. A efetivação desta política pública seria de grande importância para garantia de educação de qualidade, ampliação da perspectiva da emancipação do sujeito no seu meio pautado nas suas experiências de vida. Tornando o campo um horizonte valorizado pelo seu povo, com possibilidades de qualidade de vida e bem estar.

Uma realidade diferente relatada por moradores de comunidades do campo, como o comentário de moradores das comunidades. Por exemplo na fala do Sr. Edson no dia 25/02/13:

“A comunidade Morro Alto é uma comunidade cética, não é participativa, demonstrando interesse apenas pelas atividades oferecidas pela igreja, única alternativa de agregação comunitária além da escola. Este ceticismo ocorre devido à falta histórica de comprometimento do poder público que só vai até eles em época de campanha, deixando então a comunidade incrédula, inclusive do seu potencial”.

Além da condição de passividade também ocorre historicamente na região a evasão em busca do trabalho nos centros urbanos ou locais distantes das comunidades, apesar da dificuldade da mobilidade, fator que promove o ir e vir principalmente dos homens para seus empregos e deixa a maioria das mulheres que ficam como donas de casas, cuidando das crianças e dos idosos ou trabalhando como diaristas na agricultura local nos períodos de grandes safras. trabalhos sem nenhuma garantia de direitos já consagrados, inclusive de proteção contra o uso de produtos químicos nos plantios.

Uma realidade comunitária que direcionou a sequência dos trabalhos na busca pelo fortalecimento de vínculos e incentivo a organização Comunitária dos grupos interdisciplinares de trabalho do Programa de Extensão de Educação do Campo e PDUR que permaneceram no Município e na Comunidade até primeiro semestre de 2015. As atividades do projeto e do programa proporcionaram espaços pedagógicos para a formação de Assistentes Sociais, Licenciandos, Terapeutas Comunitários, Agroecólogos, Gestores Ambientais e profissionais de Informática e Cidadania.

## **6. RELATO DO ESTÁGIO NO SETOR LITORAL - DAS PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS AOS IMPASSES BUROCRÁTICOS**

A elaboração de um PPP diferenciado tem por objetivo a transformação e desenvolvimento do Litoral Paranaense, colaborando na formação do profissional crítico, participativo e comprometido com sua comunidade (SILVA, 2014). A partir dessa construção pedagógica inovadora foi possível o desenvolvimento do estágio obrigatório de Serviço Social na Comunidade Rural Morro Alto, localizada no Município de Morretes, formada, segundo o presidente da Associação de Pais Mestres e Funcionários da comunidade Edson Alves por aproximadamente 50 famílias, compostas por assalariados rurais, pequenos proprietários, bóias frias e agricultores familiares.

Minhas primeiras experiências foram desenvolvidas na Escola de Morro Alto e em espaços não formais, a esse trabalho está direcionado ao plano de intervenção desta estudante sob o título “ **Implementar APMF em Morro Alto como forma de captação de Recursos para a comunidade escolar**”, cujo objetivo principal era: Fortalecer os vínculos com a comunidade

do Morro Alto para cooperar na organização social da mesma com a implementação da APMF como facilitadora e gestora autônoma das demandas locais. E os objetivos específicos eram: 1) Conhecer as expectativas da comunidade para legitimar processos de convívio e desempenho do estágio; 2) Propor oficinas de desenho, musicalização, alimentação orgânica e Libertação Animal; 3) Problematizar os caminhos para a organização jurídica da APMF e suas funções com e na comunidade; 4) Legitimar com a comunidade os pontos prioritários de ação da Associação, suas parcerias, projetos e meios de efetivação; e 5) Gerar material de visibilização das demandas da comunidade através da cartografia social georreferenciada como forma de substanciar as justificativas dos projetos de captação de recursos, bem como avaliar os avanços afirmados.

Em busca de cumprir as propostas do estágio, foi necessário estar no setor quartas e quintas para organização do trabalho e aos sábados eram desenvolvidas atividades diretamente no Morro Alto em espaço não formal, buscando o fortalecimento de vínculos através de oficinas centradas no trabalho coletivo, sempre partindo das demandas levantadas pela própria Comunidade. A execução do projeto de intervenção tinha também a necessidade de organizar as saídas e a realização das atividades planejadas: isso inclui viabilizar o agendamento do transporte e fazer parcerias que pudessem contribuir com a Comunidade.

No início das oficinas o apoio veio das alunas Paula Gulart e Ariane Alencar do curso de Licenciatura em Artes, que se organizavam para desenvolver atividades com a professora Maria Eliane na escola durante os dias de semana e aos sábados. As atividades de artes contribuíram muito para uma interação entre as crianças, percebemos que após as oficinas de musicalização e desenho, nas quais contribuir diretamente, os pequenos se expressavam mais e passaram a ter confiança voltando sempre em busca das brincadeiras e conversas.

Devido aos impasses burocráticos em relação à efetivação de estágios não formais as alunas da licenciatura em Artes não puderam continuar na Comunidade, nesse sentido a experiência da Professora de Artes Naila Faria, hoje graduanda em Agroecologia, traz uma problematização acerca das

dificuldades de se desenvolver estágios em espaços não formais no seu artigo.<sup>6</sup>

É importante ressaltar que os objetivos apresentados no estágio foram apontados conforme a necessidade e prioridade relatada pelos Moradores da Comunidade de Morro Alto, juntamente com a Professora Vivian da Escola Morro Alto, que solicitou apoio da Universidade para enfrentamento dos graves problemas sociais daquelas famílias e que foram intensificados pelos deslizamentos ocorridos em 11 de Março de 2011. Foi logo após o desastre ambiental que os estudantes de Serviço Social da Turma 2009 receberam a proposta da Prof<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara de conhecer e compreender as demandas mais urgentes para propor e agir segundo o rigor deste momento. Isto ocorreu em conjunto com a ação emergencial da UFPR Setor Litoral apoiado sempre na proposta política pedagógica da instituição.

Com as atividades desenvolvidas na comunidade a escola se tornou um espaço de integração para os moradores. Sendo assim, formou-se uma Associação de Pais e Mestres – APMF - proporcionando um dos primeiros incentivos ao trabalho coletivo na comunidade de Morro Alto, que possibilitou aos moradores o reconhecimento dos seus direitos e permitiu a exposição das suas demandas buscando uma escuta social.

Entretanto, a escola sofreu várias ameaças de fechamento, pois, durante o processo de formalizar a Unidade Executora- UEX a Prof<sup>a</sup> Silvana Hoeller constatou que a escola não estava devidamente cadastrada no censo escolar, o que impede inclusive acesso a recursos financeiros do Programa de Dinheiro Direto nas Escolas – PDDE, também previsto para escolas do campo.

A escola continuou funcionando apenas com duas professoras para atender o turno da manhã e tarde. No início de 2014, houve uma tentativa de registrar a APMF, porém, a Receita Federal alegou que os documentos deveriam ser encaminhados de outra forma. Visto que a Escola que atende a Comunidade ainda se encontrava em condições estruturais didáticas precárias,

---

<sup>6</sup> FARIA, Naila. **A Arte Educação em espaços escolares e não escolares da Cidade e do Campo no Município de Morretes- PR**, 2014,p.12,13,14

Retomar esse processo se tornou objeto de intervenção do meu estágio curricular obrigatório, que iniciou em Agosto de 2014.

Meu primeiro contato direto com a Comunidade de Morro Alto fora da escola aconteceu quando participei de oficinas de entalhe ministradas pelo acadêmico de Licenciatura em Artes Jessé Castro Ramos, que ocorriam na casa de uma família do então líder da Comunidade Edson Alves. O Sr Edson solicitou a Professora Édina alguma oficina que pudesse ser direcionada as crianças, que não tinham lazer principalmente aos fins de semana. Em junho de 2014 comecei a sistematizar as oficinas junto aos alunos de Agroecologia: Vitor Hugo Lepique e Iberê Canto, que desenvolviam um trabalho de alimentação natural (produziam alimentos com as crianças) e libertação animal. Assim promoviam uma interação entre as crianças e despertavam a curiosidade em conhecer coisas novas, essas atividades aconteceram no quintal de dois antigos moradores, que sempre foram muito receptivos e carinhosos.

Em outubro de 2014, foi possível iniciar o georeferenciamento das moradias, onde pude observar que há um nível considerável de analfabetismo na comunidade, que não se difere entre homens e mulheres acima de 30 anos. Outra informação interessante foi afirmação sobre a falta de alguma atividade de lazer ou ocupacional que não fosse ficar em casa vendo TV ou trabalhar.

As oficinas direcionadas às crianças tornaram-se um meio para incentivar a organização social, a autonomia e emancipação dos sujeitos da comunidade que estávamos inseridos. Diante de algumas reflexões, percebi que essa metodologia pode ser identificada como “Educação Não Formal” (GOHN, 2010), visto que ao desenvolver as dinâmicas com a comunidade não dispomos de um espaço institucionalizado físico fechado e equipado, todas as atividades foram desenvolvidas ao ar livre, baseadas na prática coletiva, assim como afirma Gohn, (2010, p. 20) “prefiro fundamentar a educação não formal em critérios da solidariedade e identificação de interesses comuns, parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo”.

Ainda dentro desse contexto da Educação Não Formal, percebi a vontade e a dificuldade que os alunos das licenciaturas têm em efetivar seus estágios em campos não formais. Durante conversas entre as oficinas, os pais se referiam a nós como “aqueles que brincam com as crianças”, afirmação



observada sobre os relatos que os filhos trazem de casa. Entretanto, aqueles que foram em sua maioria voluntários e colaboraram para a construção desses saberes coletivos, não são animadores culturais e sim condutores de uma educação baseada nas demandas apontadas pelos moradores. Educadores sociais procurando métodos que não descaracterizassem o indivíduo, livre da imposição de regras rígidas onde não se é possível falar ou se expressar de qualquer forma, ao contrário, propondo trabalhar com todas as técnicas de expressão.

Ao iniciar meu estágio tive dificuldade em explicar aos meus colegas que estagiavam em CRAS e CRESS e outras instituições sobre meu trabalho, no mais, era fortalecimento de vínculos. Porém, ao ler Maria Glória Gohn (2010) percebo que usamos a *práxis* Freiriana como metodologia para essa aproximação e que essa se constitui um instrumental para todas as profissões, especialmente aquelas que têm sua inserção voltada para comunidades e/ou coletivos e/ou o sujeito social a ser empoderado, trata-se de um processo pedagógico social.

Percebo então que a luta para reconhecimento de atividades educativas não formais no estágio obrigatório não deve ser somente das licenciaturas, mas também do Serviço Social, e que a partir do meu trabalho é possível questionar esta condição de formação profissional no curso. Pois, assim como propõe o Código Profissional do Assistente Social, propus e implementei uma intervenção cooperada, interdisciplinar pautada na ideia de formação dos sujeitos sociais para a sua emancipação e gestão de direitos sociais, identificada com a metodologia proposta por Gohn ( 2010 ). O mesmo pode (ou não) ter ocorrido com os meus colegas que trabalhavam em instituições formalizadas.

Outro fator que me marcou muito foi a complexidade em me situar institucionalmente, me senti bloqueada ao precisar ter “um vínculo com alguma instituição formal”. Dessa forma o Programa de Desenvolvimento Urbano Regional-PDUR é visto como um programa guarda chuva e que é vinculado a Universidade Federal do Paraná, que abriga o Observatório Social de Geotecnologias com o objetivo de construir mapas das demandas sociais para dar visibilidade as Comunidades desassistidas e que embasa o Coletivo Águas de Março. Um espaço que identifico como um “salva vidas”.

Conforme fui compreendendo o espaço do estágio e os trabalhos dos acadêmicos que já envolviam a Comunidade, junto a escutas que fiz durante as oficinas e o georeferenciamento, conheci as expectativas dos moradores. Dessa forma foi possível manter as oficinas ligadas à realidade local. Atualmente as oficinas continuam acontecendo, não com os mesmos alunos, que por conta de projetos pessoais não puderam continuar. Desde o começo das atividades várias pessoas dos cursos de serviço Social, Licenciatura em Artes, Agroecologia, Licenciatura em Ciências e Gestão Ambiental participaram de nossas ações coletivas, buscando formas para dar uma continuidade responsável ao trabalho sem desamparar a Comunidade.

Quanto a APMF da Escola de Morro Alto, a Secretaria de Educação de Morretes assumiu o compromisso de viabilizar os documentos para que a Associação fosse devidamente reconhecida.

O georeferenciamento não pode ser terminado, tivemos dificuldades com transporte, alimentação e tempo, pois demos prioridade as oficinas, cuja organização sempre precisou de uma atenção maior por se tratar de uma atividade contínua. Os dados coletados em abril de 2015 estão armazenados e pretendo direcioná-los a base de dados do Observatório, assim será possível que as famílias escutadas “se vejam” e sejam visíveis, para que seja possível viabilizar soluções a partir das políticas públicas e sociais explicitadas na base de dados.

Com base de planejamento para a continuidade do trabalho, que se sustenta pela lógica da ação coletiva, pretendo apresentar os dados deste relatório ao Coletivo “Águas de Março” e com o mesmo planificar a sua sequência. Creio também ser necessário avaliar com a Comunidade as ações mantidas e iniciadas desde 2011. Os moradores sempre participaram dizendo das suas demandas, suas expectativas, como se sentem e seu modo viver a experiência com a universidade. Entre as reivindicações dos moradores, levantadas na reunião da APMF, ocorrida no dia 15 de maio de 2015 estão às seguintes reivindicações: o transporte que não busca seus filhos para levar até a escola quando chove, a falta de água potável na escola e o asfalto, para isso acharam que a melhor forma para resolver estas situações seria enviar uma carta ao Prefeito solicitando sua presença em outra reunião.

Penso que experiência na Comunidade de Morro Alto foi enriquecedora, pois foi possível conhecer e compreender “pessoas em suas próprias compreensões” e não pessoas a partir de números institucionais. Gente que em sua maioria não se encontram em vulnerabilidade social relacionada à pobreza extrema, mas que sofrem com a exclusão social, expressando na maior parte do tempo sensações de desconfiança, de baixa autoestima, cansados de promessas e ao mesmo tempo ingênuos em relação a boatos sobre “o que os meninos da Universidade podem ou não fazer”. Incrédulos de que hajam pessoas trabalhando em prol do dos direitos de todos sem a pretensão de algum lucro, em suma, estas pessoas se mostram massacradas pelo espetaculistas (DEBORD, 2003, p 21).

Não são poucos os nomes que ouvi durante o tempo que passei com a Comunidade, nomes que não “são pouca coisa” e que saem em tom de mágoa da boca de cada um que esteve em fotos lindas para registrar momentos históricos que não foram marcados por nada além de promessas não cumpridas. Diante dessa situação, não é possível exigir nada, tão pouco que não nos cobrem o que não foi feito ou sobre o que pretendemos fazer e se realmente vamos fazer alguma coisa, por esse motivo, fazemos o possível para que sejamos compreendidos com clareza, sem criar expectativas que possam virar ilusões.

Durante dois anos o Sr Edson Alves se dedicou e acreditando que era possível que gente como ele (crescido em Morro Alto) descobrisse novos saberes, direitos, e possibilidades de alcançar tudo isso. Acredito que a insistência do Sr. Edson não foi em vão, ele não presidência mais a Associação, mas continua afirmando “Quero que minha gente conheça o mundo, quero que saibam que eles podem fazer mais...” Sendo assim, avalio que alcançamos esse objetivo, diferente do passado e apesar da desconfiança, os moradores agora sabem que é possível alcançar seus direitos e sabem que seus filhos podem cursar uma Universidade e mais importante, que podem escolher, pois não estamos lá para impor qualquer coisa.

## **7. PARA ALÉM DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**

Mesmo com a falta de recursos para acessar as Comunidades, o Coletivo Águas de Março se viu com uma responsabilidade de participar do Fórum Paranaense de Direitos Humanos, que aconteceu no dia 31 de julho a 1 de agosto de 2015, posteriormente, visto que não houve mobilização do poder público para organização das Conferências Municipais no Litoral o Águas de Março propôs a I Conferência Livre Regional de Direitos Humanos- Um olhar caíçara, voltado diretamente as Comunidades do Litoral Paranaense e Vale do Ribeira.

Esta Conferência, por ser Livre, contou com um diferencial metodológico: As rodas de Terapia Comunitária Integrativa como ferramenta de levantamento de demandas, uma experiência inovadora, pois garante o direito de expressão (fala) de todos os participantes, dessa forma, firmando o empoderamento e a participação social.

“A Terapia Comunitária Integrativa é um instrumento que nos permite construir redes sociais solidárias de promoção da vida e mobilizar os recursos e as competências dos indivíduos, das famílias e das comunidades. Procura suscitar a dimensão terapêutica do próprio grupo valorizando a herança cultural dos nossos antepassados indígenas, africanos, europeus e orientais, bem como o saber produzido pela experiência de vida de cada um” (BARRETO, 2012)

Construir uma Conferência que pudesse dar voz a comunidades de sete municípios foi um desafio, entretanto, mais uma vez foi possível provar a importância e a eficácia de um trabalho coletivo e o serviço social como uma profissão capaz de trabalhar de forma interdisciplinar.

A partir do registro das ações do Coletivo Águas de Março foi construído um documentário, que foi exibido durante a 1ª Conferência Livre Regional de Direitos Humanos para os moradores das comunidades que estavam envolvidas nos projetos e programas institucionais. Os moradores das Comunidades atingidas manifestaram-se durante as rodas de conversa expressando suas demandas, em sua maioria relacionada a falta de emprego, a terra e as dificuldades sociais após terem sido realocados em um Conjunto Habitacional na área urbana.

Atualmente O Coletivo Águas de Março se mantém em grupo de estudos visando promover novos eventos relacionados aos direitos humanos e ao empoderamento dos direitos. O comprometimento de vários alunos após a

formação e o cumprimento de estágios obrigatórios com as ações do Coletivo para a Comunidade firma a resistência de profissionais contemporâneos a fim de trabalhar com demandas de sua realidade, bem como a força de um movimento que resiste mesmo sem apoio financeiro e críticas a respeito de seu método de trabalho.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir disso, acredito necessário problematizar as Comunidades Tradicionais da Mata Atlântica no Litoral do PR – a partir do caso do Morro Alto, considerando a pergunta: As comunidades querem se organizar para algum tipo de Associação? Se sim, como isto poderia acontecer? Por que trabalhando há quatro anos nesta comunidade tradicional ainda temos dúvidas de quais são os caminhos para um trabalho que permita que as políticas públicas nacionais cheguem aos seus destinatários sem a pasteurização de povos tão específicos em suas identidades? O nosso querer transformador é correspondente? Nossas dúvidas são muitas.

Em relação à formação no do aluno no Setor Litoral, em especial do curso de Serviço Social, notei a necessidade de se fazer compreender na prática a importância do assistente social como apoiador dos movimentos sociais e um profissional que pode e deve ser atuante na educação. Entretanto, apenas o PPP e a vontade de alguns professores em cumpri-lo não é o suficiente, a dificuldade de locomoção e diálogo impede que muitos trabalhos junto a comunidade sejam possíveis.

Muitos alunos ficam de certa forma perdidos e passam a graduação toda sem compreender a proposta da Universidade em Matinhos, nesse sentido, penso ser necessário também problematizar isto, pois a maioria dos alunos vêm de ensinamentos convencionais e parece não estarem dispostos a ter a autonomia de conhecer e compreender, por outro lado, alguns docentes contribuem na reprodução do ensino convencional em um espaço que deveria ser emancipatório.

Estas observações foram feitas com base na minha experiência em campo e em sala de aula, onde senti meu trabalho questionado e mal compreendido pelo simples fato de não estar atuando em um espaço

institucional e por ser na área da educação, sendo ele extensão de um movimento social de empoderamento as comunidades, criticado tanto por alunos quanto por professores.

Dessa forma, meus questionamentos incluem: O serviço social nas universidades está mesmo disposto a dar conta da realidade em que está inserido? Ou apenas a reproduzir um modelo funcionalista com um falso discurso dialético e que reproduz as relações de seus maiores empregadores, ou seja, Estado e Empresas privadas?

Pois, a beira do desmonte da seguridade social vivida neste governo de 2016, nesta Universidade de Projeto Político Pedagógico tão comprometido com a Comunidade quase não encontramos alunos de Serviço Social e são poucos os professores fortalecendo as ocupações e outros movimentos externos, então me pergunto, quais saberes estamos compartilhando e quais saberes a academia está disposta a compartilhar conosco em prol da sociedade?.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. LOAS (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BARRETO, Adalberto,2013.**Terapia Comunitária Integrativa**.Disponível em:<  
<mailto:http://consciencia.net/adalberto-barreto-terapia-comunitaria-integrativa/>  
Acesso em: 10 de agosto, 2016.

CFESS, 2001. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação**.  
Disponível em:  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 26/09/2016.

DEBORD, Guy, 2003. **A Sociedade do Espetáculo**. Disponível em:<  
<http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>> Acesso em:  
27/09/2016.

FARIA, Naila. **A Arte Educação em espaços escolares e não escolares da Cidade e do Campo no Município de Morretes- PR**, 2014,p.12,13,14

FREIRE, Paulo **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ. 1987. 107 p.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo. . 2013, p. 8 **A deficiência no interior da política de assistência social: um balanço sócio histórico**. Disponível em:<  
[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Fonseca\\_16.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Fonseca_16.pdf)>  
Acesso em: 10 de agosto 2016.

GOHN, Maria da Glória **História dos Movimentos Sociais: uma construção da cidadania dos brasileiros**. 2. ed. Mar. 2001. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1995.

HOELLER, Silvana Cássia, FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória, DAHMER Gilson. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Vol 7, No. 2, Dez 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**IPARDES**, 2010, disponível em: [www.ipardes.pr.gov.br](http://www.ipardes.pr.gov.br). Acesso em: 28/09/2016

LONARDONI, Eliana; GIMENIS, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos. Ano(?) **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm)>  
Acesso em: 26/09/2016

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação.** IN: **Revista Serviço Social & Realidade.** V 8 N.º 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **La naturaleza del Servicio Social em su Génesis.** IN: **La Naturaleza del Servicio Social: un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción.** São Paulo: Cortez, 1998.

MONTEIRO, Ricardo e VERGARA, Édina Mayer. **Nova cartografia social do litoral paranaense como instrumento de planejamento urbano e regional: a experiência de Morretes.** In: BEGA; VASCONCELOS. Programa de Desenvolvimento Urbano Regional, 2013, p. 5

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Panorama do processo de regularização e operacionalização dos Benefícios Eventuais regidos pela Loas.** In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate n.12,** Brasília, DF:Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2010.

SILVA, Daniele. **A formação do Assistente Social na UFPR Setor Litoral: relato experiencial-Trabalho de Conclusão de Curso,** 2014 p. 18.

SOUZA, Maciela Rocha. **Serviço Social e o exercício profissional: desafios e perspectivas contemporâneas.** Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto, 2012. Disponível no link: [http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Servico\\_Social\\_e\\_o\\_Exercicio\\_Profissional\\_Desafios\\_e\\_Perspectivas\\_Contemporaneas.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Servico_Social_e_o_Exercicio_Profissional_Desafios_e_Perspectivas_Contemporaneas.pdf) Acessado em 11/0/2016.

SPOSATI, Aldaíza et.al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Ed.Cortez, 2008.



SPOSATI, A. O. (Coord). **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 199.

UFPR/Litoral - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Organização Valdo José Cavallet , 2006.

YASBEK,M.C. **As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS** . Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

## 10. ANEXOS



Figura 1 - Festa Julina na Comunidade de Morro Alto- Morretes, 2014.



Figura 2 - Painel construído na 1ª Conferência Livre de Direitos Humanos-Um Olhar Caiçara, dezembro, 2015.

